

prot: 041280/2013.



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Ofício nº 256/2013/AA-ANA
Documento: 00000.034139/2013

Brasília, 12 de novembro de 2013.

A Sua Senhoria o Senhor

Ney Maranhão

Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
SEPN 505, Lote 2, Edif. Marie Prendi Cruz, sala 108
70730-542 – Brasília/DF

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica - Tema Prioritário da CTEM/CNRH, no período 2013-2014.**

Senhor Secretário Executivo,

1. Em resposta ao ofício nº58/CNRH/SRHU/MMA, de 29 de agosto de 2013, por meio do qual Vossa Senhoria solicita a elaboração pela ANA de Notas Técnicas que irão orientar as discussões no âmbito da Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos – CTEM sobre os temas “Princípios, fundamentos e diretrizes para a elaboração de planos de comunicação na gestão de recursos hídricos” e “Elaboração e implementação do Plano de Comunicação Social do SINGREH e difusão de informações, nos âmbitos nacional e regional” encaminho em anexo cópia da Nota Técnica nº 12/2013/CAC/ASCOM, Documento: 032572/2013-81, de 28 de outubro de 2013. Encaminho ainda uma minuta de proposta de resolução CNRH sobre o tema.
2. Em complemento a essa Nota Técnica e minuta de proposta de resolução, as equipes da ANA estão disponíveis para colaborar tecnicamente e para participar de sua discussão nos fóruns apropriados. Nos colocamos a disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,


VICENTE ANDREU
Diretor Presidente

SEPRO/DSC/CGCA/MMA

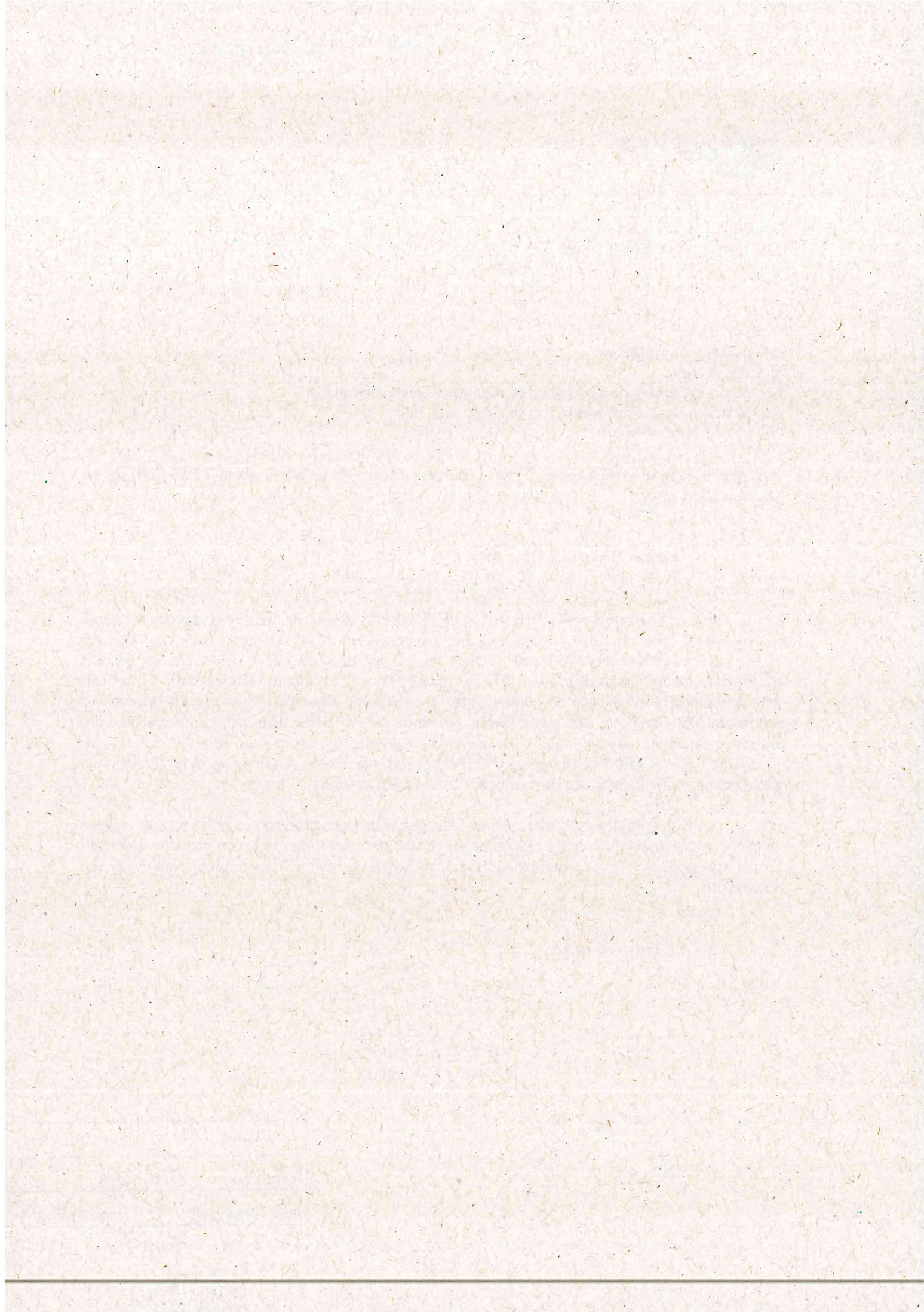
Recebi em: 18/11/2013

Ass: JEMEL

Hora: 15:10

ASCOM/CAC/ANA

Recebi
19/11/2013
mauricio



Nota Técnica nº 12/2013/CAC/ASCOM

Documento: 032572/2013-81

Em 28 de outubro de 2013.

Ao Gabinete da Presidência

Assunto: Comunicação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh)

1. INTRODUÇÃO

Em uma organização articulada em formato sistêmico, como é o Singreh, a comunicação cumpre um papel fundamental na sua relação com a sociedade e na circulação de informação entre as próprias instituições do Singreh (Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU), Agência Nacional de Águas (ANA), Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERH), órgãos gestores estaduais de recursos hídricos e comitês de bacias hidrográficas e suas respectivas agências de bacia (de atuação federal e estadual).

A Política Nacional de Recursos Hídricos, as instituições e ferramentas de gestão de recursos hídricos no Brasil, bem como os desafios envolvendo o tema água ainda são desconhecidos da sociedade brasileira e do próprio poder público. Uma Pesquisa de opinião realizada pelo Ibope para o WWF-Brasil, com apoio do HSBC, em 2012, revelou que 87% dos entrevistados não conheciam a Agência Nacional de Águas e 84% não sabiam o que são comitês de bacias hidrográficas. Outro levantamento, conduzido pela Superintendência de Gestão de Recursos Hídricos da ANA junto aos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, no âmbito do Progestão, identificou a falta de capacitação e de estrutura e ações de comunicação como as duas principais dificuldades para implementar os instrumentos de gestão de recursos hídricos.

Quando bem conduzida, a Comunicação proporciona inclusão, respeitabilidade e confiança perante o público, além de facilitar o processo de decisão. Por isso, é importante desenvolver um projeto de comunicação social que atinja os principais formadores de opinião e divulgue entre os usuários e a sociedade a percepção do valor socioambiental e sua importância para o desenvolvimento econômico e social do País.

2. OBJETIVO

Esta Nota Técnica tem o objetivo de fornecer subsídios ao gabinete da presidência da Agência Nacional de Águas (ANA) para responder ao Ofício nº 58/2013/CNRH/SRHU/MMA de 29/08/2013, assinado pelo secretário executivo do CNRH, Ney Maranhão, e também de contribuir para a reflexão e o planejamento de ações no sentido de organizar um esquema de comunicação estruturado e participativo para Singreh, em sintonia com os preceitos da Lei 9.433/97, que instituiu uma forma descentralizada e participativa da gestão das águas do Brasil, por meio da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e da criação do Singreh. Esta Nota Técnica apresenta o panorama geral da comunicação executada no âmbito do Singreh e sugere ações futuras.

3. JUSTIFICATIVA

O Plano Nacional de Recursos Hídricos, elaborado em 2006, prevê uma série de programas de desenvolvimento da gestão integrada de recursos hídricos no Brasil, entre eles, o Programa *IV.3 Comunicação e Difusão de Informações em Gestão Integrada de Recursos Hídricos*, cujas diretrizes e ações, entre elas a elaboração de um Plano de Comunicação para o Singreh, ainda não foram implementadas. De forma que, atualmente, as ações relativas à comunicação do sistema têm sido adotadas de forma individual e pulverizada, pelas instituições que integram o Singreh, e sem coordenação.

4. CONTEXTO ATUAL

O programa Programa *IV.3 Comunicação e Difusão de Informações em Gestão Integrada de Recursos Hídricos* do Plano Nacional de Recursos Hídricos aponta como diretriz o uso da comunicação como forma de promover o empoderamento da sociedade na elaboração e implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Para isso, prevê dois focos de atuação: junto às mídias tradicionais e por meio da atuação de educadores regionais, com o objetivo de transformar agentes comunicadores em educadores, considerando, dessa forma, a comunicação como oportunidade para a aprendizagem, meio de difusão de informação e de mudança de prática socioambiental.

Para isso, o Programa *IV.3* previu a formação de uma **Coordenação de Comunicação**, integrada por representantes da SRHU/MMA e da ANA, denominada **Ciágua**. O objetivo dessa coordenação seria elaborar um Plano de Comunicação para o Singreh e a execução das ações previstas no Plano. O programa previu ainda o uso de diversas ferramentas de comunicação, inclusive com canais diretos de interação com a sociedade; a criação de concursos de boas práticas; a formação/capacitação de jornalistas da mídia tradicional para a cobertura do tema água; a formação/capacitação de educadores em todas as regiões hidrográficas, e a atuação em rede desses educadores, além de encontros presenciais periódicos de formação. O Programa estabeleceu ainda que seriam necessários R\$ 5 milhões para a sua implementação 2008 e 2011, mas não definiu a fonte de tais recursos.

5. SUGESTÕES

Sobre que precisa ser feito:

- Nomear, ainda este ano, os membros do Ciágua para que o grupo estabeleça as regras de funcionamento e periodicidade das reuniões, de forma que passe a coordenar a elaboração e execução de um Plano de Comunicação para o Singreh;
- Realizar um encontro técnico entre assessores de comunicação da ANA, da SRHU/MMA, do CNRH, dos órgãos gestores estaduais (os que tiverem) e dos comitês de bacias com cobrança pelo uso da água, portanto, com condições de executar ações de comunicação. Este encontro seria coordenado pelo Ciágua e realizado no primeiro trimestre de 2014, com o objetivo de reunir sugestões e levantar as experiências bem sucedidas e as dificuldades na execução de ações de comunicação. **Este seria um encontro técnico, ou seja, uma reunião de trabalho, e não um evento;**
- Estabelecimento de prazo para que o Ciágua apresente a primeira versão do Plano de Comunicação do Singreh, com orçamento e calendário de execução para os próximos quatro anos e indicação de fontes de recursos para a execução das ações. Sugiro que o primeiro Plano de Comunicação eleja prioridades e seja o mais objetivo e prático possível, deixando os pontos polêmicos e para os quais não há recursos ou consenso para um segundo Plano de Comunicação. O Plano seria apresentado na CTEM e submetido ao CNRH;

De ferramentas a serem adotadas na Comunicação do Singreh:

- **Produção e Distribuição de Conteúdo:** Criação de : um Portal para o Singreh – com informações e notícias; um boletim eletrônico de notícias; um canal de vídeos e de programas de notícias no Youtube e uma fã page no Facebook. OBS: Uma central, com profissionais especializados contratados, produziria conteúdo para todos esses meio de forma integrada, com apuração em todas as instituições do Singreh;

Publicidade: Uma agência de publicidade contratada produziria campanhas anuais de utilidade pública, com conteúdos transversais de interesse de todo o Singreh, com mensagens-chaves estrategicamente selecionadas, para publicidade paga em TVs, Rádios, Jornais e Revista todo o mês de março (mês de celebração do Dia da Água);

Canais de Interlocução Direta com a Sociedade: seria criado um espaço de ouvidoria e uma ferramenta de enquete para consultar a sociedade (pesquisas). Ambos poderiam estar hospedados no Portal do Singreh (que teria um nome popular – a ser sugerido). Seria necessário que a Ouvidoria fosse acompanhada por profissionais qualificados tanto em gestão de recursos hídricos, quanto em comunicação social;

Formação/Capacitação: O *Portal de Capacitação* da ANA seria utilizado para identificar e formar *Educomunicadores nas Regiões Hidrográficas*. Para isso, um programa com objetivos claros, diretrizes, mensagens-chaves e forma de mensuração de resultados teria que ser elaborado. O seminário presencial *Água: Uma Boa Notícia* seria retomado para capacitar profissionais da mídia tradicional em todos os estados. Esta iniciativa seria uma ação conjunta entre SRHU/MMA, ANA, órgão gestor estadual e representante da sociedade civil, como uma ONG de expressão nacional, por exemplo, WWF.

O que foi feito:

- Em 2006, a ANA instituiu o *Prêmio ANA*, que reconhece boas práticas em várias modalidades, inclusive Imprensa. O Prêmio vem sendo realizado a cada dois anos e em 2014 realizará a sua 5ª Edição. Este ano, o Comitê de Bacia do PCJ institui o Prêmio Yara de Comunicação (em gestão das águas do PCJ);
- Em 2006, a SRHU e a ANA realizaram a primeira edição do seminário *Água: Uma Boa Notícia*, em Brasília, para capacitar jornalistas nos temas relativos à gestão integrada de recursos hídricos. Não foram realizadas novas edições do seminário. A Ascom/ANA incluiu a retomada desses seminários em seu Plano de Comunicação Institucional 2012-2015, já submetido à Diretoria Colegiada da ANA, mas ainda não foi realizado novo seminário.
- A Ascom/ANA vem realizando anualmente, desde 2007, em diferentes bacias hidrográficas, o seminário *Água, Comunicação e Sociedade*, cujo objetivo é apresentar a Política Nacional de Recursos Hídricos e estimular a mobilização social na gestão e uso sustentável dos recursos hídricos;
- A SRHU, por meio da Gerência de Políticas e Planejamento, vem realizando anualmente, desde 2011, o *Encontro Formativo Nacional em Educação Ambiental*, com o objetivo de formar multiplicadores e em educomunicação;
- Em 23 de dezembro de 2009, o MMA publicou no Diário Oficial da União a Portaria nº 463 de 23 de dezembro de 2009*, instituindo, no âmbito da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e da Agência Nacional de Águas, a Coordenação de Comunicação Integrada do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-Ciágua, para elaborar e implementar as ações de comunicação previstas no Plano Nacional de Recursos Hídricos, em seu Subprograma IV.3. Os membros da Comissão, porém, não foram indicados;
- Em 2010, a SRHU criou o portal *Comunidade das Águas*, com o objetivo de discutir com especialistas e gestores a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos. O portal continua funcionando para troca de ideias e informações.
- Os Comitês de Bacias Hidrográficas de rios da União que já instituíram a cobrança pelo uso da água (Paraíba do Sul, PCJ e São Francisco) contrataram, por meio de suas respectivas agências de bacia, empresas de comunicação e têm desenvolvidos produtos como: informativos, revistas, fã pages em redes sociais, vídeos institucionais e programas de rádio e TV para veiculação em redes sociais. O Comitê do Rio Doce, embora já tenha instituído a cobrança, ainda não contratou estrutura de comunicação. Não há informação disponível sobre as estruturas de comunicação dos comitês estaduais de recursos hídricos que já possuem receitas advindas da cobrança pelo uso da água;
- A ANA oferece apoio aos comitês de bacias hidrográficas federais que não possuem recursos advindos da cobrança, para o desenvolvimentos de web pages e a hospedagem dos sites na estrutura computacional da ANA, ação que vem sendo questionada pelo Comitê de Segurança da Informação da ANA, portanto, em breve, deverá ser revista.

Formação de Redes: Seria elaborado um projeto para a formação de uma rede de redes regionais, por exemplo, rede de Educomunicadores de Regiões Hidrográficas, com ferramenta para relacionamento virtual e compartilhamento de experiência em ambientes virtuais, como material de trabalho (exemplos: vídeos, jogos, spots de rádio e cartilhas). Os órgãos gestores ambientais e os comitês com recursos da cobrança organizariam encontros presenciais regionais das redes a cada dois anos, onde seriam oferecidas palestras e oficinas de capacitação para os educadores e as diretrizes de trabalho para os próximos dois anos. A cada quatro anos, a SRHU/MMA, a ANA e o CNRH, junto com os comitês de bacias da União com recursos da cobrança, organizariam um encontro nacional das redes para avaliação de resultados e ajustes estratégicos.

6. CONCLUSÕES

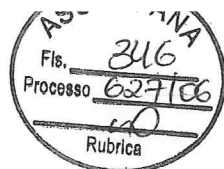
Essas sugestões estão em linha com as diretrizes do Programa IV.3 do Plano Nacional de Recursos Hídricos, mas devem ser discutidas e ajustadas no âmbito do Cíagua, para avaliação sobre a inclusão ou não no Plano de Comunicação do Singreh. É importante ressaltar que a Comunicação do Singreh não pode ser realizada pelas estruturas de comunicação das instituições envolvidas, devido à falta de profissionais, ferramentas e equipamentos disponíveis e, mais importante, para não contaminar a comunicação do Singreh com a comunicação institucional específica das instituições que integram Sistema, que possuem suas mensagens e atribuições específicas. Acima de tudo, é importante isolar possíveis crises de imagem das instituições que integram o Singreh.

Sugerimos que as instituições envolvidas façam o levantamento dos custos de implementação do Plano de Comunicação do Singreh, identifiquem os recursos e elaborem um edital para a contratação de uma empresa de comunicação social especializada para a implementação do Plano de Comunicação de forma profissional e sob a supervisão do Cíagua. Sugestões de fontes de recursos: Interáguas, Progestão (por meio de metas para os órgãos gestores) e orçamento da ANA e do MMA.

Anexo I: Portaria nº 463 de 23 de dezembro de 2009


CLÁUDIA DIANNI
Assessora de Comunicação


ANTÔNIO FÉLIX DOMINGUES
Coordenador de Articulação e Comunicação



3 - Declarações
- Declaração de Capacidade:
Declaro, sob as penas da Lei, ser legalmente emancipado.
Declaração de Desimpedimento:
Declaro, sob as penas da Lei, ser capaz, não estar impedido de exercer atividade empresarial e que não possuo outro registro de empresário.

Declaração de opção pelo Simples Nacional e Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório:

Declaro que opto pelo Simples Nacional e pelo Simei (arts. 12 e 18-A da Lei Complementar nº 123/06), que não incorro em quaisquer das situações impeditivas a essas opções (arts. 3º, 17, 18-A e 29 da mesma lei). Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório. Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. O não-atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.

Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME):
Declaro, sob as penas da Lei, que me enquadro na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

ANEXO II

DADOS E INFORMAÇÕES A CONSTAR DO CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

- Data de emissão: xx/xx/xxxx
- Identificação
- Nome Empresarial
- Nome do Empresário
- Identidade - Número, Órgão Emissor e UF
- Cadastro de Pessoa Física - CPF
- Condição de MEI
- Situação Vigente
- Data de Início da Situação
- Números de Registro, Inscrições e Licenças
- Registro na Junta Comercial - Número de Identificação do Registro de Empresa - NIRE
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ

- Alvará Municipal
- Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório. "Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. O não-atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste Alvará de Licença e Funcionamento Provisório."

- Inscrição no Cadastro Estadual - ICMS (1)
- Inscrição no Cadastro Municipal - ISS (1)
- Licença Vigilância Sanitária (1)
- Licença Corpo de Bombeiros (1)
- Licença Ambiental Municipal (1)
- Informações Complementares
- Endereço Comercial
- Objeto (Obs.: não constou da especificação. Sugerimos sua inclusão no sistema posteriormente.)
- Capital (Obs.: não constou da especificação. Sugerimos sua inclusão no sistema posteriormente.)
- Data de Início das Atividades.
- Descrição da Atividade Principal e Código CNAE
- Descrição da(s) Atividade(s) Secundária(s) e Código(s)

CNAE

Declarações prestadas pelo MEI

- Declarações do Microempreendedor
- (1) Constarão do CCMEI a partir do momento em que os sistemas forem informatizados e integrados.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: [HTTP://www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)

Certificado emitido com base na Resolução nº 16, de 17 de dezembro de 2009, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012009122400274

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 64, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados em reunião ordinária realizada em 01/12/2009 e reunião extraordinária realizada em 11/12/2009.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 30 de 20 de fevereiro de 2009 e Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos ocorrida em reunião ordinária realizada em 01/12/2009 e reunião extraordinária realizada em 11/12/2009.

b) a comprovação, pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tomar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.002047/2009-37

Proponente: Sport Club Ayoyres

Título: Gol pela Vida

Registro/ ME: 02MG050852009

Manifestação Desportiva: Desporto de Participação

CNPJ: 18.996.058/0001-00

Cidade: Ubá - UF: MG

Valor aprovado para captação: R\$ 512.277,47

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0270 DV: 4 Conta

Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 40713-5

Período de Captação: 23/12/2009 até 31/12/2010

2 - Processo: 58000.002508/2009-79

Proponente: Instituto Brilho Brasileiro

Título: Oficinas Recreativas de Vôlei

Registro/ ME: 02SP002182007

Manifestação Desportiva: Desporto de Participação

CNPJ: 07.892.108/0001-85

Cidade: São Paulo - UF: SP

Valor aprovado para captação: R\$ 1.175.957,98

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3570 DV: X Conta

Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 24438-4

Período de Captação: 23/12/2009 até 31/12/2010

3- Processo: 58000.001848/2009-82

Proponente: Social Esportiva Maringá

Título: Núcleo de Desenvolvimento Social e Esportivo

Registro/ ME: 02DF022942008

Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento

CNPJ: 06.940.235/0001-40

Cidade: Brasília - UF: DF

Valor aprovado para captação: R\$ 881.817,81

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 2458 DV: 9 Conta

Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 11061-2

Período de Captação: 23/12/2009 até 31/12/2010

ANEXO II

1 - Processo: 58000.001870/2009-22

Proponente: Graciosa Country Club

Título: Talentos da Raquete

Prazo prorrogado para captação: até 31/12/2010

Valor: R\$ 2.092.198,84

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1243 DV: 2 Conta

Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 49340-6

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 463, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 27, inciso XV, alínea "a", da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e,

Considerando que o Programa IV propõe o Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informações em Gestão Integrada de Recursos Hídricos, incluindo a Comunicação e Difusão de Informações em Gestão Integrada de Recursos Hídricos;

Considerando que ações de comunicação e disseminação de informações voltadas para a educação ambiental continuada, constituem-se em um processo de forte referência histórica e conteúdo transformador da sociedade e da relação desta com a natureza, além de contribuir para aumentar a participação de representantes da sociedade civil, especialmente aqueles tradicionalmente não representados nos fóruns de tomada de decisões junto ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos-SINGREH, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e da Agência Nacional de Águas-ANA, a Coordenação de Comunicação Integrada do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-Ciágua, para elaborar e implementar as ações de comunicação previstas no Plano Nacional de Recursos Hídricos, em seu Subprograma IV.3 "Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informações em Gestão Integrada de Recursos Hídricos", o qual visa a difundir conceitos, iniciativas e demais dados e informações relativas à Gestão Integrada de Recursos Hídricos-GIRH para o conjunto da sociedade brasileira e/ou em regiões e bacias específicas, para buscando o fortalecimento dos diferentes fortalecedores os canais de comunicação existentes, além de e possibilitar a criação de novos canais para uma efetiva que se desenvolva interlocução social.

Art. 2º Compete à Coordenação de Comunicação Integrada do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-Ciágua:

I - coordenar e implementar um plano de comunicação para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-SINGREH de forma participativa;

II - identificar os comunicadores em GIRH para a estruturação de uma rede de comunicadores envolvendo as instituições do SINGREH;

III - coordenar o processo de organização e disseminação de informações e bases de dados em GIRH entre as instituições federais do SINGREH e as demais esferas governamentais, e entre estas e a sociedade em geral, além de avaliar o processo comunicativo;

IV - organizar, definir e estabelecer as diretrizes de formação dos educadores para atuação na comunicação e na aprendizagem em GIRH;

V - coordenar a edição de boletins virtuais e impressos a partir das estruturas federais do SINGREH e promover a articulação e cooperação, utilizando os diferentes instrumentos de comunicação do SINGREH nas demais esferas;

VI - organizar e/ou apoiar encontros presenciais de formação de educadores no âmbito do SINGREH; e

VII - ampliar a visibilidade das instituições Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e Agência Nacional de Águas-ANA.

Art. 3º A Ciágua será composta por representantes titulares e suplentes, de cada um dos órgãos a seguir indicados:

I - 1 (um) da Assessoria de Comunicação do Ministério do Meio Ambiente;

II - 2 (dois) da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano que coordenará; e

III - 2 (dois) da Agência Nacional de Águas-ANA.

Art. 4º A Ciágua será responsável pela alimentação de dados e informações do Sistema de Gerenciamento Orientado para Resultados-SIGOR e deverá elaborar um relatório anual com a descrição das atividades realizadas e análise dos resultados obtidos.

Art. 5º A Coordenação da Ciágua poderá, eventualmente, convidar especialistas, comunicadores e educadores para contribuir com o desenvolvimento e a qualificação dos trabalhos a serem realizados.

Art. 6º Os representantes da Coordenação da Ciágua serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades vinculadas deste Ministério e designados mediante Portaria, pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Parágrafo único. Os representantes de que trata este artigo terão mandato de 2 (dois) anos, admitida a recondução.

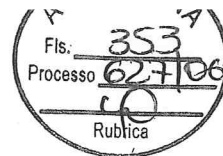
Art. 7º Eventuais despesas com diárias e passagens dos convidados correrão à conta dos órgãos e entidades vinculadas representadas, mediante disponibilização orçamentária e financeira da Ciágua.

Art. 8º A participação na Coordenação não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MINC

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ANEXO III

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

RESOLUÇÃO Nº ____, DE ____ DE _____ DE 2014

MINUTA

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 9.984, de 17 de julho de 2000, , e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA nº 377, de 19 de setembro de 2003, e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída pelo Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água.

Considerando que a Política Nacional de Recursos Hídricos, as instituições e ferramentas de gestão de recursos hídricos no Brasil, bem como os desafios envolvendo o tema água ainda são desconhecidos da sociedade brasileira e mesmo do próprio poder público.

Considerando que O Plano Nacional de Recursos Hídricos, elaborado em 2006, prevê uma série de programas de desenvolvimento da gestão integrada de recursos hídricos no Brasil, entre eles, o Programa IV.3 Comunicação e Difusão de Informações em Gestão Integrada de Recursos Hídricos, cujas diretrizes e ações, entre elas a elaboração de um Plano de Comunicação para o Singreh.

Considerando que as ações relativas à comunicação sobre gestão de recursos hídricos e implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos têm sido adotadas de forma individual e pulverizada pelas instituições que integram o Singreh, e sem coordenação.

Considerando que o programa Programa *IV.3 Comunicação e Difusão de Informações em Gestão Integrada de Recursos Hídricos* do Plano Nacional de Recursos Hídricos está baseado no princípio do acesso e da transparência da informação e fundamentado nos preceitos da educomunicação, que preconiza o empoderamento da sociedade tanto no acesso, quanto na produção e disseminação de informações sobre gestão de recursos hídricos e implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Considerando que foi criada a Coordenação de Comunicação, denominada Ciágua, a ser integrada por representantes da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) da Agência Nacional de Águas (ANA), publicada no Diário Oficial da União em 24 de dezembro de 2009. Mas seus integrantes ainda não foram nomeados.

Considerando que o Programa IV.3 previu a formação de uma **Coordenação de Comunicação**, integrada por representantes da SRHU/MMA e da ANA, denominada **Ciágua**. O objetivo dessa coordenação seria elaborar um Plano de Comunicação para o Singreh e a execução das ações previstas no Plano.

Considerando que em 24 de dezembro de 2009, o MMA publicou no Diário Oficial da União a Portaria nº 463 de 23 de dezembro de 2009*, instituindo, no âmbito da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e da Agência Nacional de Águas, a Coordenação de Comunicação Integrada do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-Ciágua, para elaborar e implementar as ações de comunicação previstas no Plano Nacional de Recursos Hídricos, em seu Subprograma IV.3;

Resolve:

Art.1º. Estabelecer prazo até o fim deste ano para que os integrantes do Ciágua sejam nomeados.

Art. 2º Estabelecer como prazo o fim do primeiro semestre de 2014 para que o Ciágua apresente a primeira versão do Plano de Comunicação do Singreh, com orçamento e calendário de execução em um período de quatro anos.

Art 3º. As instituições envolvidas no Ciagua farão o levantamento dos custos de implementação do Plano de Comunicação do Singreh, identificarão e indicarão os recursos que serão utilizados para tanto e elaborarão edital para a contratação de empresa de comunicação social especializada para a implementação do Plano de Comunicação de forma profissional e sob a supervisão do Ciágua.

Artigo 5º.. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA
Presidente

NEY MARANHÃO
Secretário Executivo



